

Mostra de Pósteres do Mestrado em Direito

Dora Resende Alves ¹

Luís Paulo Pacheco ²

Resumo | Apresenta-se trabalho em formato póster que resulta de atividade de Mostra de Póster do Mestrado em Direito (comunicação científica) em que foi salientado o uso da IA Generativa no Direito. Surge como introdutório dos pósteres dos estudantes. Os pósteres salientaram o uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015. No âmbito da unidade curricular respetiva de Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia, no ano letivo 2024/2025 do Mestrado em Direito, Especialização em Ciências Jurídico-Políticas, foca-se o ODS 16, respeitante, para além da paz e justiça, ao valor do Estado de direito e tendo em conta instituições eficazes.

Abstract | This póster is presented as a result of the Master's in Law Póster Exhibition (scientific communication) activity, which highlighted the use of Generative AI in Law. It serves as an introduction to the students' pósteres. The pósteres highlighted the use of the 2015 United Nations (UN) 2030 Agenda Sustainable Development Goals. As part of the European Union Constitutional and Administrative Law course, for the 2024/2025 academic year of the Master's in Law, Specialization in Legal and Political Sciences, the focus is on SDG 16, which addresses, in addition to peace and justice, the value of the rule of law and effective institutions.

Palavras-chave

Inteligência Artificial generativa; Gallery Walking; ODS 16; Póster; União Europeia; Universidade Portucalense.

Keywords

Generative Artificial Intelligence; Gallery Walking; SDG 16; Póster; European Union; Universidade Portucalense.

¹ Dora Resende Alves, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Departamento de Direito, Porto, Portugal, <http://orcid.org/0000-0003-4720-1400>, dra@upt.pt.

² Luís Paulo Pacheco, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Departamento de Direito, Porto, Portugal, <https://orcid.org/0009-0004-6153-8311>, luispaulopacheco@upt.pt

Resumo alargado

O uso da Inteligência Artificial (IA) nos trabalhos a apresentar para avaliação levanta ainda muitas dúvidas e receios. Na área do Direito suscita reações extremas entre a aceitação e a recusa absoluta, talvez esta com mais presença. Contudo, pequenas experiências como a que foi apresentada podem abrir caminho a um maior conhecimento e aceitação (Alves & Pacheco, 2025a).

A Reitoria da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), no ano letivo de 2024-2025, após variadas formações para capacitação do seu corpo docente desde os anos anteriores, abriu caminho à utilização da IA e criou campo próprio para essa manifestação nas Fichas das Unidades Curriculares. Nesse campo se indica se é permitido o uso de IA Generativa e em caso afirmativo, para que efeitos, de que forma deve ser declarada a sua utilização e quais as ferramentas que é permitido usar.

Assim, em unidade curricular de Mestrado em Direito foi pensada uma forma de introduzir uma imagem com recurso ao uso de IA Generativa, de um modo limitado mas inovador para esta área de estudos. Sendo de referir a importância e a inovação que representa o uso de imagem na área do Direito, que tradicionalmente comunica apenas em formato escrito, sendo raros os elementos gráficos. Já no ano anterior se apresentara Póster em Direito (Mota, et al., 2025), em vertente para além do trabalho meramente escrito como algo de menos comum no Direito (Alves & Pacheco, 2025b). Este ano, foi pensado conjugar uma vertente de trabalhos já criada para acrescentar a componente da IA entretanto promovida pelas políticas reitorais na instituição. Manteve-se uma equipa docente interdisciplinar e interdepartamental de áreas improváveis: uma docente do Departamento de Direito, junto com colega do Departamento de Arquitetura e Multimédia Gallaecia (DAMG)³, contando ainda com o apoio do Gabinete de Inovação Pedagógica (GIP)⁴ e da própria Biblioteca Geral da UPT.

A atividade consistiu na apresentação pública de póster, enquanto comunicação formal escrita de valor científico. A entrega resultou como trabalho de avaliação em turma de 2.º ciclo, na unidade curricular de Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia, no ano letivo 2024/2025 do Mestrado em Direito, Especialização em Ciências Jurídico-Políticas.

Pediu-se a conexão das matérias do Direito da União Europeia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecidas desde 2015. Já fora apresentado neste ciclo de conferências experiência anterior, mostrando o empenho da UPT na ligação das unidades curriculares com

3 Em <https://www.upt.pt/inicio/departamentos/departamento-de-arquitetura-e-multimedia-gallaecia/>.

4 Em <https://www.upt.pt/inicio/gabinete-de-inovacao-pedagogica/>.

os ODS (Alves & Fernandes 2024). Essa preocupação com a ligação às ideias da sustentabilidade permitiu a participação na III Semana das Sustentabilidade UPT com os trabalhos produzidos, em ligação com o conteúdo programático atentas as prioridades da Comissão Europeia com a sustentabilidade (Comité Económico e Social Europeu, 2025). Sustentabilidade que vai para além de um imperativo político para ser um imperativo jurídico na UE na ação da Comissão Europeia (2025), encontrando alicerce na base constitucional da UE.

A integração desta Mostra na III Semana da Sustentabilidade da UPT, cujo tema foi “O Futuro é Hoje”, permitiu ampliar o seu impacto académico e social. A Semana da Sustentabilidade procura envolver toda a comunidade universitária no reconhecimento da responsabilidade coletiva para a construção de um futuro mais equilibrado, inclusivo e informado. A participação conjunta dos departamentos de Direito e de Arquitetura e Multimédia materializou esta visão, demonstrando como práticas visuais e estratégias de comunicação espacial podem apoiar áreas tradicionalmente centradas na palavra escrita, como o Direito, na transmissão rigorosa de conhecimento especializado a públicos alargados. Assim, para além da inovação pedagógica, a atividade contribuiu para a sustentabilidade social ao promover literacia jurídica acessível, fomentar o diálogo interdisciplinar e evidenciar que a comunicação eficiente de temas complexos constitui um passo essencial para que uma sociedade mais justa e sustentável seja construída desde já.

Neste ano, a inovação resulta em duas vertentes. A da incorporação do uso da IA (Barata, 2025), com a qual assumidamente os estudantes foram convidados a criar imagem(ns) ilustrativa, baseada nos elementos do conteúdo de cada póster, devendo depois na apresentação do trabalho pela metodologia de gallery walking justificar a escolha e o significado da imagem. Por outro lado, para a utilização da IA Generativa (de notar que com mero acesso às versões gratuitas), aplicação e montagem da exposição foram envolvidos alunos do curso de Arquitetura e do curso de Multimédia e Artes, que se revelaram uma mais-valia.

O universo da turma foi pequeno (12 alunos) a que acresceu este póster dos docentes e um da Biblioteca Geral da Universidade Portucalense com a ligação ao acervo bibliográfico próprio atinente ao contexto da Mostra. Permitiu um Light Project-Based Learning. O evento foi destinado a um público-alvo da comunidade académica da UPT⁵ mas aberto ao público em geral.

A Mostra ou apresentação pública realizou-se durante duas semanas do mês de janeiro de 2025 (dias 21 a 31). Realizou-se a apresentação em expositores nos Passos Perdidos da Universidade Portucalense do átrio da Biblioteca Geral.

⁵ Disponível em https://www.upt.pt/wp-content/uploads/2023/04/RE.GE_008.15-Regulamento_Pedagogico_19_julho-2024_signed.pdf.

A exposição foi muito profissional, com estudo do espaço para a organização da disposição dos expositores, elaboração de “folha de sala” estudada, mostra interativa em televisor e momento de apresentação pública com intervenções pelos envolvidos e pela Reitoria. Tudo registado pelos estudantes de Multimédia com gravação vídeo e montagem de filme final.

Foi realizado questionário em papel a fim de recolher feedback dos estudantes sobre a sua satisfação com a utilização da estratégia de trabalho como elemento de avaliação da UC e a sua pertinência e adequação aos objetivos da UC. Ficou registada a satisfação dos estudantes.

Foram avançados pequenos passos de inovação pedagógica num trabalho em progresso a ser melhorado a cada edição e em cada turma anual. A atividade enquadra-se numa abordagem de aprendizagem ativa, com características de Light Project-Based Learning, complementada pela metodologia de Gallery Walk e pela integração experimental de tecnologias emergentes, nomeadamente da inteligência artificial generativa na produção de conteúdos gráficos e sua vantagem na área do Direito.

O que não foi alcançado: tornar esta atividade em Project-Based Learning, em pleno, visto que faltariam alguns elementos típicos. Também se pretendia a referenciação precisa do uso da IA, em modo de citação e através do modelo de responsabilização constante do Regulamento Pedagógico da UPT, o que nem todos os estudantes fizeram.

A atividade é adequada a outras unidades curriculares da área do Direito e, conforme se espera demonstrar, passível de receber vertentes de inovação pedagógica a cada edição. O uso da IA foi aqui incentivado, ainda que limitado, controlado e circunscrito, mas poderá ir mais além. A partilha entre estudantes de áreas tão díspares foi enriquecedora de parte a parte e poderá também ser mais aprofundada.

Sempre de sublinhar o empenho da unidade curricular na ligação aos ODS. Porque, no seguimento da ponderação do Parlamento Europeu (2018), cada ação conta.

os 17 ODS da ONU constituem um modelo para uma sociedade e um mundo melhores, exequíveis através de medidas práticas e quantificáveis e abrangendo um certo número de assuntos — nomeadamente a obtenção de resultados melhores e mais equitativos no domínio da saúde, uma melhor educação e um maior bem-estar entre os cidadãos, uma maior prosperidade geral, a luta contra as alterações climáticas e a preservação do ambiente para as gerações futuras — e, como tal, devem ser ponderados de forma transversal nos diferentes domínios de atividade da União e a Agenda 2030 tem um potencial transformador e define objetivos universais, ambiciosos, abrangentes, indivisíveis e interligados,

destinados a erradicar a pobreza, lutar contra a discriminação e promover a prosperidade, a responsabilidade ambiental, a inclusão social e o respeito pelos direitos humanos, assim como reforçar a paz e a segurança; considerando que estes objetivos exigem medidas imediatas, na perspetiva da sua plena e efetiva aplicação.

Referências Bibliográficas (APA)

- Alves, D. R., & Pacheco, L. P. (2025a). A construção de póster na área do Direito: Uma experiência com estudantes. In I. Vieira, P. Peres, & A. Pinto (Eds.), Livro de Atas do CNaPPES.24 -10º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior, Porto, Portugal, 8-9 julho 2024, ISCAP (pp. 148-154). Edições Politema. ISBN 978-989-9226-01-2 DOI: <https://doi.org/10.26537/e.ipp.133>. Repositório Institucional UPT. <https://hdl.handle.net/11328/6193> Link de acesso ao Livro de Atas: <https://edicoes.ipp.pt/index.php/books/catalog/book/133>
- Alves, D. R., & Pacheco, L. P. (2025b). O uso da IA Generativa para construção de póster na área do Direito [abstract]. In E. Sousa, & A. F. Pacheco (Orgs.), Compilação de Resumos: 11º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas do Ensino Superior (CNaPPES.25), Évora, Portugal, 10-11 julho 2025, (pp. 94-95). Universidade de Évora. Repositório Institucional UPT. <https://hdl.handle.net/11328/6482> Acesso oficial: https://cnappes.org/programa/cnappes25_resumos_documento_de_trabalho_9jul/
- Alves, D. R., & Fernandes, S. (2024). Reflexões sobre a integração dos ODS numa unidade curricular na área do Direito: Oportunidades e desafios de uma experiência com estudantes. In E. Esteves, D. Estêvão, J. Monteiro, & M. Correia (Coords.), Livro de Atas: 9º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior. Faro, Portugal, 6-7 julho 2023, (pp. 93-99). Repositório Institucional UPT, <https://hdl.handle.net/11328/5679> Acesso oficial: <https://cnappes.org/cnappes-2023/apresentacoes/> DOI: <https://doi.org/10.34623/kf51-wf33> ISBN: 978-989-9127-67-8
- Barata, M. S. (2025). Regulamento da IA e os valores e direitos fundamentais da UE. In VEIGA, Fábio da Silva; AMORIM, José de Campos; AZEVEDO, Patrícia Anjos (Coords.). Futurelaw, vol. VI. Porto: IberoJur Science Press, 2025, pp. 248-265. 1ª ed. ISBN: 978-989-36440-1-0. DOI: <https://doi.org/10.62140/FUTLAWVI2025>
- Comissão Europeia (2025). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Programa de trabalho da Comissão para 2026 O momento da independência europeia. Documento COM(2025) 870 final

de 21.10.2025. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1761126156157&uri=CELEX%3A52025DC0870>

Comité Económico e Social Europeu (2025). Parecer C/2025/109 do Comité Económico e Social Europeu Harmonizar a economia circular e a bioeconomia a nível nacional e da UE. JOUE C de 10.01.2025, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2025/109/oj>

Mota, Ana Sofia; Alves, Dora Resende; Pacheco, Luís Paulo; Morais, Paula; Albuquerque, Helena (coordenadores) (2025). Green Wave - Estamos todos no mesmo barco: livro de resumos da 2.^a semana da sustentabilidade. [e-book] Universidade Portucalense. DOI:<https://doi.org/10.34625/isbn.978-972-9354-52-6> Repositório Institucional UPT.<https://hdl.handle.net/11328/6293>

Parlamento Europeu (2018). Resolução do Parlamento Europeu 2018/C 334/18, de 6 de julho de 2017, sobre a ação da UE para a sustentabilidade. JOUE C 334 de 19.9.2018, pp. 151-167. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52017IP0315&qid=1762110728013>